

A COMUNIDADE GUARANI DO ESTADO DO RIO

A existência de índios nas matas do Estado do Rio é praticamente desconhecida para o carioca, como era para a própria Funai até há um ano. Mas eles existem e, dizem, sofrem até violentas ameaças de expulsão. São guaranis do tronco tupi, subgrupo nhandeva, que vieram do Paraná e passaram por São Paulo em busca do litoral, a "terra sem males" de sua mitologia. Chegaram a Paraty-Mirim há 25 anos mas, expulsos por posseiros e pela abertura da Rio-Santos, acabaram se instalando há 16 anos no alto da Serra da Bocaina, Angra dos Reis, no Sertão do

Bracuí, a sudeste do rio de mesmo nome. Os índios foram descobertos em 1972 por equipe do GLOBO e eram então quase cem, organizados em 30 famílias que viviam da caça — principalmente porco-do-mato, veados e pacas —, agricultura de subsistência e venda de artesanato à beira da estrada. Como há 11 anos, os guaranis continuam hoje tentando preservar sua cultura. No entanto, são agora apenas 28, novamente ameaçados de expulsão e recorrem à Funai e ao Governo Leonel Brizola para que lhes seja garantida a terra onde vivem.



As crianças da aldeia são criadas com toda a liberdade pelos adultos

As matas de Angra têm índios. Ameaçados de violenta expulsão

Ameaçados de expulsão da mata da Serra da Bocaina, no Km 113 da Rio-Santos, os 28 guaranis nhandeva organizados em uma comunidade de seis famílias, com 14 crianças, irão amanhã ao Palácio Guanabara pedir ao Governador Leonel Brizola e ao Secretário de Justiça, e Interior, Vivaldo Barbosa, proteção e apoio à demarcação e posse de 665 hectares da área, reivindicados à Funai.

Os índios, em comissão, serão acompanhados pelo Deputado federal Mário Juruna (PDT-RJ) e pelo Coordenador do Projeto Guarani do Comitê de Apoio e Defesa dos Indígenas do Rio de Janeiro (Cadirj), indigenista Luiz Felipe de Figueiredo.

O líder da comunidade, Argemiro Karai Tataindê, pretende denunciar as ameaças de expulsão e morte desde que, há um mês, pedes começaram a derrubada de árvores da floresta para abrir uma picada que passa junto à aldeia e poderá servir para futuro loteamento.

Para evitar o agravamento da situação, o Cadirj poderá solicitar intervenção da Polícia Federal até que a Funai conclua os estudos de agrimensura para demarcação da terra.

AMEAÇAS

— O Ryerson (Ryerson de Souza Lima, topógrafo da Fazenda Itinga, de Tormar Pereira) disse que ia mandar matar a gente, que ia trazer um pouquinho só de Polícia para acabar com nós, porque nós somos pouquinhos e não temos armas, e só ia precisar de pouca bala para matar todo mundo e abrir a picada. Se eles vierem, a gente vai ter que enfrentar mesmo, dar uma flechada, sei lá. A gente vive aqui há mais tempo e não vai sair — afirma o líder Karai Tataindê, de 55 anos, no seu português aprendido com os caboclos da região.

Seu filho e sucessor, Aparício Karai R'Okadju, de 26 anos, lembra que chegou muito pequeno à mata, quando sua família veio do Paraná e se instalou no sertão do Bracuí. Como o pai, ele conta que foram os índios que abriram as picadas até o alto para puxar água, e só anos depois instalaram-se a Fazenda Itinga, a Fazenda do Imbu e outras.

— Sair a gente não pode, não vai saber mais onde viver. A gente tem que procurar um jeito de os homens brancos não entrarem e o Governo tem que tomar decisão definitiva. Temos a esperança de que Deus vai nos ajudar. A gente tem fé e força para vencer qualquer combate.

DESCONHECIDA

A comunidade guarani nhandeva era desconhecida pela Funai até o início do ano passado, quando o então Presidente, coronel Paulo Moreira Leal, recebeu da Associação Nacional de Apoio ao Índio (Anai) — núcleo RJ — transformada depois no Cadirj — relatório sobre o trabalho desenvolvido na região e pedido para que fosse realizado, com urgência, levantamento da área indígena e posterior demarcação da terra.



A venda de artesanato na Rio-Santos é um dos meios de vida dos índios

Em maio de 1982, a Anai denunciou à Funai a derrubada da casa dos índios Agenor da Silva Verai, sua mulher Jandira Tan-tan-sin e seu filho Adílio Vará R'Uwixá por Ryerson. No ofício, o Coordenador do projeto pedia "providências no sentido de imediata intervenção da Polícia Federal para garantir a segurança dos indígenas" e lembrava a "urgente necessidade de um levantamento antropológico sobre as condições de vida e do espaço territorial suficiente para sua sobrevivência".

Segundo Luis Filipe Figueiredo — ou Ciprê, nome dado pelos xavantes e pelo qual gosta de ser chamado — os guaranis estiveram relativamente tranquilos até 1978, quando uma antiga picada foi substituída por uma estrada aberta a trator pela Fazenda Itinga até uma cachoeira localizada próxima à aldeia. Lá, uma grande caixa d'água foi construída para o futuro abastecimento de lotes situados na parte baixa da região, do outro lado da Rio-Santos.

DERRUBADAS

Ciprê informou que as obras da represa da Itinga foram paralisadas há mais de dois anos, mas, durante os trabalhos de abertura da estrada,

foram destruídos cerca de 300 pés de bananas dos guaranis, que receberam como indenização Cr\$ 50 por cada touceira arrancada. Foi perto da caixa d'água que Verai, filho de Karai Tataindê, construiu a casa para morar com a família. O argumento do capataz para derrubá-la foi de que estaria atrapalhando a área de manobra de caminhões, embora há muito tempo as condições da estrada abandonada não permitam a subida de veículos.

Na opinião do indigenista, a ação violenta dos empregados da fazenda e a recente derrubada na mata — proibida pelo Código Florestal em áreas acima da cota 100 — são indícios de que o proprietário, preocupado com a movimentação do Cadirj, apoiada pelo Bispo de Itaguaí, dom Vital Wilderinck, esteja tentando lotear rapidamente a área para vendê-la antes que a Funai desapropriar a terra.

ESPERANÇAS

A garantia policial solicitada pela Anai não foi concedida mas os guaranis começaram a ter esperanças quando, ainda em junho do ano passado, o antropólogo Claudio dos Santos

Romero, do Departamento Geral de Operações da Funai, recomendou oficialmente à direção do órgão: "Com o objetivo de evitar conflitos dos indígenas com os civilizados que estão loteando terras naquela região, e cumprindo com as obrigações de tutor deste órgão, é importante o deslocamento de um antropólogo até a localidade de Bracuí a fim de colher informações necessárias à elaboração de um documento para ser encaminhado à Procuradoria Jurídica com a finalidade de regularizar a situação das terras naquela comunidade indígena".

Em julho, finalmente, chegou a Bracuí a antropóloga da Funai Maria Auxiliadora Cruz de Sá Leão. Depois de passar cinco dias na região em contato com os índios, a cientista fez relatório de 19 laudas em que termina propondo reconhecimento oficial da Funai da existência de um grupo guarani no sertão de Bracuí como forma de protegê-los; acionar a Procuradoria Jurídica para que se possa legalizar a situação do grupo com bases para garantir sua terra; encomendar à Divisão Fundiária levantamento acurado na região e enviar um topógrafo ou engenheiro agrimensor para localização correta da área habitada.

A antropóloga acrescenta ainda que a Funai poderá adotar as seguintes medidas para garantir aos guaranis a posse da terra: decretar uma reserva indígena com base na Lei 6.001 (Estatuto do Índio), pois os índios têm direitos assegurados por habitarem a região há mais de dez anos ou, em entendimentos com o Governo Estadual, adquirir a área de 665 hectares utilizada pelos guaranis. No mesmo relatório, está assinalado que as únicas benfeitorias realizadas na área da Fazenda Itinga são a estrada e a represa abandonadas.

FASE FINAL

De setembro do ano passado a abril último, o trabalho da Funai junto à comunidade também ficou praticamente paralisado. Foi então enviado para o Sertão do Bracuí o engenheiro agrimensor José Jaime Mancin para fazer o traçado preliminar da demarcação. Ao fim do primeiro semestre, assumiu a Presidência do órgão Octávio Ferreira Lima substituindo o Coronel Paulo Leal.

Em resposta a abaixo-assinado assinado em agosto por 7.068 pessoas em favor da demarcação e garantia das terras, o novo Presidente informou ao Cadirj que havia sido formado grupo de trabalho para realizar o levantamento fundiário no local e os estudos estavam em fase final.

Temerosos da lentidão com que se processa a intervenção da Funai a seu favor, ante a possibilidade de agressões de outros posseiros da região insuflados por Ryerson de Souza Lima, da Fazenda Itinga, os guaranis e o Cadirj pediram o apoio do Deputado Federal Mário Juruna e da Igreja e pretendem também a proteção do Governo do Estado para que sua situação seja solucionada.

História e costumes da aldeia do chefe Karai

Após uma hora de dura caminhada por seis quilômetros de picadas escorregadias e cursos d'água na Serra da Bocaina, avista-se a primeira clareira onde há mais de 16 anos instalou-se o índio Argemiro Karai Tataindê com sua mulher Teresa Kretxú e os filhos. A casa é de pau-a-pique e barro coberta com palha, como as demais da região, e à sua volta, pouco distante, foram erguidas outras. E a aldeia guarani-nhandeva.

Acocorado no chão de terra batida, rodeado pela mulher — Kretxú trabalha fazendo cestos para vender depois na estrada — e filhos, netos, cunhados e noras, Karai conta que no princípio, a comunidade era maior. Com o pajé Verá e outros parentes, eles abandonaram a reserva dos caingangues e o Posto de Mangueirinha, no Paraná, porque a Funai "pagava muito mal" o trabalho na roça e extração de madeira. Antes de chegarem ao Sertão de Bracuí, passaram por Itanhaém, Bananal, Perube, Barragem e Ubatuba em São Paulo, onde ficou parte de seu povo, e finalmente por Paraty-Mirim.

Pressões de posseiros e divergências internas fizeram com que o pagé Verá e algumas famílias voltassem para Paraty-Mirim. Seis dos 14 filhos de Karai e Kretxú morreram, mas a família que permaneceu no Bracuí foi aos poucos aumentada pelos casamentos com outros índios vindos de Ubatuba que acabaram ficando e trouxeram parentes.

EM GUARANI

Mesmo tendo adquirido alguns costumes dos brancos, como o uso do violão durante as cerimônias religiosas e até um rádio de pilhas que gostam de escutar, os guaranis resistem às influências e preservam seus valores culturais e espirituais. Jamais falam em português entre si, usando apenas o dialeto guarani. Apenas uma das filhas de Karai, Iracema, casou-se com um caboclo, Humberto, e ele, embora tenha conquistado a amizade dos índios, nunca deixou de ser visto como alguém de fora pela comunidade.

A sobrevivência do grupo é assegurada basicamente pela venda de objetos artesanais que fabricam: cestos, arcos, flechas, lanças e chocalhos coloridos que vendem na estrada aos domingos. Foi em função da descida à estrada e contato com turistas e outros moradores da região que as mulheres passaram a cobrir os seios. Durante a semana, os guaranis caçam com o mundeú (armadilha para animais de pequeno porte) e arco e flecha para os bichos maiores e pássaros.

Têm pequenos roçados e banana, aipim, batata-doce e milho, principalmente, e às vezes vão até o Rio Bracuí bater o timbó para apanhar alguns peixes.

O sistema familiar dos guaranis admite várias experiências conjugais. É comum a índia, geralmente aos 13 ou 14 anos, ao ter interesse por um rapaz, levá-lo para casa e os dois passarem a viver juntos. Se der certo, o casal faz sua casa própria e vai constituir família; senão, o rapaz vai embora e a moça está novamente livre para escolher outro companheiro.

A ausência de qualquer repressão sexual feminina não impede, contudo, que os valores da cultura guarani tenham orientação marcadamente masculina, como também observou a antropóloga da Funai, Maria Auxiliadora. Como líder da comunidade, Karai é também o chefe espiritual, e comanda, com o primogênito R'Okadju, todas as rezas e cerimônias religiosas.

Os rituais e cânticos fazem parte da vida diária do grupo e são feitos nas viagens e plantios e qualquer acontecimento inesperado, sempre acompanhados do maracá e violão. Um tradicional cachimbo de nó de pinho é usado em todas as ocasiões especiais. Os guaranis creem em várias divindades, mas têm em Nhanderu seu deus principal.

A autoridade de Karai jamais é contestada em qualquer palavra, ação ou gesto de outro membro da comunidade, mas ele não goza de nenhum privilégio na distribuição dos produtos da caça ou do plantio. Cada casa guarani é igualmente pobre, com um ou dois cômodos, um fogão de pedra e barro, catres feitos de paus e cobertos de palha, alguns cestos escarpados onde são guardados os seus pertences e varais com as poucas roupas penduradas. A água para beber, cozinhar e tomar banho vem da cachoeira e as necessidades são feitas no mato.

O ritmo da língua guarani é tão rápido quanto marcado e o som doce. Não se percebem alterações ou rispidez no tom de nenhuma conversa. Como em várias outras comunidades indígenas, às crianças é permitido praticamente tudo sem recriminações. Sem tarefas obrigatórias, seu aprendizado ocorre através da participação direta e observação da vida comunitária. A medida de sua liberdade pode ser dada pelo depoimento do indigenista Luis Filipe, que conta ter visto, certa vez, em outra tribo, um menino atear fogo à casa enquanto seu pai ria, e depois explicava: "Agora ele já sabe que não pode brincar com fogo".

Empresário desconhece pressões contra o grupo

O empresário do loteamento Fazenda Itinga, Tormar Pereira, informou que o principal acusado de fazer ameaças de expulsão e morte aos índios, Ryerson de Souza Lima, apesar de tomar conta de sua fazenda não é seu empregado, e sim "topógrafo prestador de serviços". afirmou que "lá no Bracuí só tem um índio, Argemiro (Karai)", e disse desconhecer as ameaças.

Tormar Pereira acrescentou não saber que a casa do índio Verai, construída perto da cachoeira represa pela fazenda, fora derrubada por Ryerson. Segundo o dono da Itinga, Karai não está em suas terras, mas nas da Fazenda do Imbu, vizinha. Garantiu ainda que a picada não está sendo aberta em sua propriedade e levantou a possibilidade de Ryerson ter sido contratado por outras pessoas.

Ryerson de Souza Lima não foi encontrado pela reportagem do GLOBO na última sexta-feira, quando a

equipe subiu a serra da Bocaina até a aldeia dos guaranis. De acordo com um dos muitos homens que se encontravam na sede da Fazenda Itinga, que serve de escritório, ele estava viajando.

LEVANTAMENTO

Levantamento realizado pelo grupo de trabalho da Funai, a partir do relatório do agrimensor José Jaime Mancin, indica que os ocupantes não índios de Bracuí, e que se dizem proprietários da área, são Tormar Pereira, José Teles da Cruz (espólio, Fazenda do Imbu); Nancy Guimarães de Carvalho; Sonil — Sociedade Nacional de Imóveis e Loteamento e Renato Agostino Xavier.

Declararam-se posseiros Benedito Azevedo da Silva, Maria Francisco Azevedo da Silva e José Rosa. A Funai ainda não concluiu a delimitação final dos 665 hectares para situar em que propriedades estariam as terras reivindicadas pelos guaranis.

A luta dos índios guaranis por sua permanência em Bracuí é apoiada pelo Bispo de Itaguaí e Presidente da Comissão Pastoral da Terra da Regional Leste I da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), D. Vital Wilderinck, que informou já ter enviado ao Governador Leonel Brizola e ao Presidente da Funai, Octávio Ferreira Lima, cartas pedindo sua interferência para garantir os direitos e a segurança dos indígenas.

Desde 1974 na Diocese de Itaguaí, que abrange a região de Angra dos Reis, D. Vital disse que, ultimamente, vem acompanhando o trabalho do Cadirj e considera válido sua atuação "na questão de defesa dos direitos humanos do povo indígena, que tem direito a ter um habitat de acordo com sua cultura".

— Os índios — afirmou — funcionam para nós como lembretes. Nossa sociedade é uma sociedade doente, que não sabe mais viver certos valores fundamentais preservados pelos indígenas, como a ausência de ganância que permite um relacionamento mais sadio, o verdadeiro espírito comunitário. A demarcação das terras é direito dos indígenas.

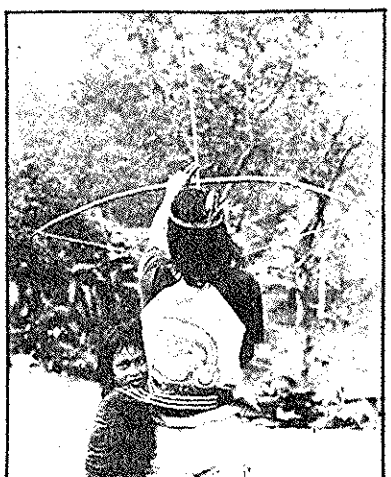
Apoio do Cadirj: luta pela terra

Há quase dois anos trabalhando com os índios guaranis nhandeva, primeiro através da Associação Nacional de Apoio ao Índio e agora no Comitê de Apoio e Defesa dos Indígenas do Rio de Janeiro (Cadirj), o indigenista Luiz Filipe Figueiredo pretende aplicar com a comunidade um plano de desenvolvimento sócio-cultural e econômico, cujo objetivo primeiro é assegurar-lhes a terra e em seguida sua subsistência, através da produção agrícola, caça, pesca e manufatura artesanal.

Luiz Filipe explica que o trabalho do Cadirj tem sido orientado em função das necessidades expressas pelos próprios guaranis, obedecendo sempre a seus valores culturais. Os primeiros passos do indigenista foram, desta forma, no sentido de pleitear junto à Funai a demarcação e posse dos 665 hectares que constituem a terra habitada pela comunidade e necessária à sua sobrevivência.

ESTEREÓTIPOS

— Temos um problema básico que é o fato de os índios serem vistos



Um dos guaranis e sua filha

sempre de uma forma estereotipada. Nos centros urbanos desenvolvidos como o Rio, os indígenas são vistos de uma forma romântica. E aquela história de que o índio é puro, e para ser reconhecido como tal tem que andar nu e jamais adotar costumes dos brancos. No interior é o contrário, eles são vistos como carniciei-

ros, indolentes e bêbados. Nos dois casos, qualquer atitude em sua defesa está sempre condicionada a que os índios não estejam interferindo nos interesses dos brancos.

Mesmo encontrando resistência, o Cadirj conseguiu que um empresário, que prefere se manter anônimo, financie parte do projeto com doações que já chegaram a Cr\$ 3 milhões. Com esse dinheiro foi feito um levantamento aerofotogramétrico da região do Bracuí, anexado ao projeto enviado à Funai, e tornou-se possível também uma pesquisa do solo que resultou em aplicação de calcário para corrigir sua acidez e permitir maior produção agrícola.

A última conquista foi a compra de alguns medicamentos básicos e construção de uma pequena farmácia na aldeia. A medida que conseguir apoio maior, o indigenista pretende firmar convênio de saúde para os índios para tratamento médico das doenças mais comuns da comunidade, verminose e subnutrição, e atendimento dentário.